



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Registro: 2017.0000903224**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0000023-98.2014.8.26.0213, da Comarca de Guará, em que é apelante DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER, são apelados CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, DIEGO SOARES DE OLIVEIRA, LUCINETE DIANA DE OLIVEIRA PRADO, ALESSANDRA DE OLIVEIRA e EDSON SOARES DE OLIVEIRA.

**ACORDAM**, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 22 de novembro de 2017.

**Maria Lúcia Pizzotti**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO Nº 0000023-98.2014.8.26.0213 - VOTO 20911

APELANTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER

APELADOS: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA E OUTROS

COMARCA: Guará

JUIZ SENTENCIANTE: Dr. Adriano Publiesi Leite

(mlf)

**EMENTA**

**APELAÇÃO – ACIDENTE – RESPONSABILIDADE CIVIL –  
RODOVIA – ANIMAL NA PISTA – SERVIÇO PÚBLICO –  
USUÁRIO CONSUMIDOR.**

*1 - Responsabilidade civil objetiva do órgão público fundada no  
risco da atividade – evento danoso que se insere no risco interno  
do serviço público, regido pelo CDC (art. 14, da Lei n. 8.078, de  
1990) e não configura caso fortuito ou força maior;*

*2 - Danos morais arbitrados em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)  
para cada autor – Não houve pedido de majoração;*

*3 - Manutenção da decisão por seus próprios e bem lançados  
fundamentos – artigo 252 do Regimento Interno do Tribunal de  
Justiça de São Paulo;*

**RECURSO NÃO PROVIDO.**

Vistos.

Cuida-se de recurso de apelação interposto contra a r. sentença de fls. 207/213, cujo relatório se adota, que julgou parcialmente procedente a ação e condenou a ré ao pagamento da importância total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sendo R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para cada autor. Condenou ainda a requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Entendeu o Ilustre Magistrado de Primeiro Grau que, era incontroverso o fato de que o acidente ocorreu em trecho de rodovia estadual submetido à administração e fiscalização do departamento réu e que a colisão foi provocada por bovino que perambulava pela pista de rolamento, sendo procedente o pedido reparatório. Observou ainda que, os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos. Entendeu ainda que, ante a perícia realizada, deveria ser afastada a tese de excesso de velocidade do motorista. Finalmente, entendeu que presente o dano e o nexo causal, necessária a

APELAÇÃO Nº 0000023-98.2014.8.26.0213 - VOTO 20911

reparação.

Vencido, insurge-se o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP. Aduziu que, no caso de omissão prevalece a responsabilidade subjetiva da Administração. Afirmou que, não há suporte jurídico para a responsabilidade civil do ente público. Aduziu mais que, não há prova da falta de fiscalização e que o proprietário do animal foi identificado. Insistiu na tese de culpa concorrente e requereu a redução dos danos morais fixados.

Regularmente processado, vieram contrarrazões e os autos foram remetidos a este E. Tribunal.

É o relatório.

Trata-se de ação de indenização por danos morais, onde os autores alegaram que seu irmão, Luciano Donizete de Oliveira, teria falecido em razão de acidente, ocorrido em 31 de maio de 2013, na Rodovia Felipe Calixto, administrada pelo ora apelante. Alegaram que, no momento do acidente, animais trafegavam pela pista, sendo que o carro conduzido por Luciano veio a atropelar um dos bovinos.

A ação foi julgada parcialmente procedente, sobrevivendo este recurso.

Primeiramente, *in casu*, consigna-se ter restado caracterizada responsabilidade por omissão nos termos do artigo 1º, §3º, do Código de Trânsito Brasileiro, “*verbis*”:

“Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código...

§ 3º Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.”.

Para tanto, deve-se destacar que a relação órgão público frente aos usuários

APELAÇÃO Nº 0000023-98.2014.8.26.0213 - VOTO 20911

subordina-se ao Código de Defesa do Consumidor, que impõe a responsabilidade objetiva como regra (art. 14, da Lei 8.078, de 1990).

Supor de maneira distinta seria ignorar a norma protetiva. Neste sentido:

*"Apelação cível. Acidente de trânsito. Responsabilidade civil. Ação indenizatória por danos materiais. Animal em pista de rolamento. Responsabilidade objetiva da autarquia. Entidade responsável pela administração e conservação da rodovia, contando, destarte, o dever de garantir segurança aos usuários, inibindo nela o ingresso de semoventes. Falha na prestação do serviço. Exegese do art. 37, § 6º, da Constituição Federal, em combinação com o artigo 14, "caput", do Código de Defesa do Consumidor. Correção monetária e juros de mora nos moldes estabelecidos pelo c. Supremo Tribunal Federal - modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 11.960/09. Sentença reformada. Recurso parcialmente provido" (TJSP, Ap. n. 1000519-22.2014.8.26.0695; Rel. Des. Tercio Pires; 12ª Câmara Extraordinária de Direito Privado; Data do julgamento: 27/11/2015).*

Com efeito, ineludível a responsabilidade objetiva do réu. Como mencionado na jurisprudência, o réu responde independentemente de culpa pela segurança da via pública. Aliás, mesmo que exigível culpa, possível aferi-la a partir da negligência da demandada na proteção da via.

Também, não há que se falar em culpa concorrente da vítima, isso porque, como bem analisou o Ilustre Magistrado de Primeiro, a prova pericial realizada afastou a hipótese de que o veículo trafegava em alta velocidade.

Inexorável o dano moral sofrido pelos autores, ante a morte repentina do irmão. No Boletim de Ocorrência está descrito que o veículo conduzido pela vítima Luciano foi surpreendido por aproximadamente 2 (dois) bovinos, sendo que o motorista conseguiu desviar do animal que estava do lado direito, vindo a colidir com outro que estava no lado esquerdo.

O Ilustre Magistrado de Primeira Instância fixou o valor da indenização em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para cada irmão, perfazendo o total de R\$ 200.000,00. Não houve pedido de majoração.

APELAÇÃO Nº 0000023-98.2014.8.26.0213 - VOTO 20911

De plano, deve ser destacado que foi ultrapassado o tempo em que dano moral equivalia, exclusivamente, à dor, ao sofrimento ou à angústia da vítima em razão da ofensa. Os mais renomados estudiosos da responsabilidade civil modernamente conceituam o dano moral de maneira bastante clara e objetiva: trata-se de ofensa aos direitos da personalidade e, em sentido mais amplo, à própria dignidade da pessoa humana. A consequência, os efeitos de mencionada ofensa podem, estes sim, ser constituídos pela dor, sofrimento ou vexame causado.

Fenômeno interno, portanto, o dano moral, em si mesmo, não se pode exigir que fosse provado. O que deve ser provado são fatos, condutas ou omissões que ocasionem a mencionada ofensa aos direitos da personalidade e, por consequência, sofrimento e dor ao prejudicado. A avaliação sobre quais fatos que causam dano moral deve ser feita pelo juiz, segundo a jurisprudência e as regras da experiência.

Segundo o Colendo Superior Tribunal de Justiça *"a responsabilização do agente opera-se por força do simples fato da violação, de modo a tornar-se desnecessária a prova concreta do prejuízo"* (Informativo n. 404, 24 a 28 de agosto de 2009). Extrai-se, desde já, o conceito de dano moral e a desnecessidade de sua comprovação, via de regra. Por questões de ordem lógica, portanto, deve ser analisada a possibilidade de reparação dos danos extrapatrimoniais.

Para corroborar, destaco precedente jurisprudencial de caso análogo – em que se reconheceu o dano extrapatrimonial:

*"INDENIZATORIA - DANO MORAL - COMPRA E VENDA - Veículo automotor objeto de dação em pagamento - Compradora que não regularizou a transferência da documentação junto ao departamento de trânsito competente - Fatos noticiados que não podem ser considerados mero aborrecimento - Dano moral configurado, ante os aborrecimentos da vítima, inclusive com ajuizamento de ação judicial perante ela, em razão de acidente de trânsito, em que se envolveu o veículo após a tradição - Procedência da ação - Fixação do dano moral em R\$ 5.000,00 - Apelo da ré parcialmente provido para reduzir o dano moral para R\$ 2.500,00 - Recurso adesivo da autora desprovido." (TJSP, Ap. n. 0030042-66.2008.8.26.0482 – Rel. Des. Claudio Hamilton, j. 22.01.2013).*

Fixados, assim, o conceito do dano moral, a desnecessidade de comprovação de sua ocorrência e a possibilidade de sua reparação, pertinente se mostra a

APELAÇÃO Nº 0000023-98.2014.8.26.0213 - VOTO 20911

análise dos critérios de fixação do valor da indenização correspondente, sendo tal matéria uma das mais tormentosas na doutrina e jurisprudência.

O dano moral não precisa representar a medida nem o preço da dor, mas uma compensação pela ofensa injustamente causada a outrem. A indenização econômica, assim, tornou-se o único meio para a reparação do dano moral. Ocorre por mera compensação ou neutralização e não exatamente por restauração dos bens lesados, o que, à evidência, seria impossível. Diante de tais situações, a única via pela qual se pode ao menos minorar os efeitos do dano é por meio da reparação pecuniária.

Assim, para a fixação dos danos morais, além do dano, também se deve levar em conta o porte financeiro daquele que indenizará, não se podendo fixar o valor de indenização em quantia irrisória, sob pena de não vir a surtir o efeito repressivo que se pretende, qual seja, fazer com que o agente perceba, eficazmente, as consequências de seu ato ilícito.

Destarte, a sentença da R. Primeira Instância deve ser prestigiada, por seus próprios e bem lançados fundamentos.

Para tanto, valho-me do artigo 252 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça. Referido dispositivo estabelece que *"Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la."*

O COLENO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA tem prestigiado este entendimento quando predominantemente reconhece *"a viabilidade de o órgão julgador adotar ou ratificar o juízo de valor firmado na sentença, inclusive transcrevendo-a no acórdão, sem que tal medida encerre omissão ou ausência de fundamentação no decísun"* (REsp nº 662.272-RS, 2ª Turma, Rel.Min. João Otávio de Noronha, j. de 4.9.2007; REsp nº 641.963-ES, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, j. de 21.11.2005; REsp nº 592.092-AL, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, j. 17.12.2004 e REsp nº 265.534- DF, 4ª Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, j de 1.12.2003).

Diante do exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao recurso, e nos termos do artigo 85, § 11º, é o caso de majorar os honorários advocatícios para R\$ 21.000,00.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI  
Relatora